

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA PREFEITURA DE JANUÁRIA – ESTADO DE MINAS GERAIS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2026**

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS HOSPITALARES, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL, DAS UNIDADES DE SAÚDE E ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JANUÁRIA-MG.**

**A TERRITÓRIO HV VENDA E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETERINÁRIOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 41.230.162/0001-01, com sede na RUA SANTOS, Nº 674, BAIRRO JARDIM AMÉRICA, BELO HORIZONTE, ESTADO DE MINAS GERAIS, CEP 30.421-386, neste ato, representado por seu Administrador, Sr. PAULO AUGUSTO RIBEIRO DE ALMEIDA, inscrito no CPF nº 084.950.216-09 e RG nº 14324775, vem, respeitosamente, à presença deste(a) ilustre Pregoeiro(a) apresentar **IMPUGNAÇÃO** ao Edital e seus Anexos, pelos fatos e fundamentos a seguir:

#### **I. DA TEMPESTIVIDADE**

Considerando a data de abertura da sessão em **19/02/2026**, tem-se como tempestiva a presente impugnação, eis que apresentada dentro do prazo legal de 3 (três) dias úteis, conforme dispõe o artigo 164 da Lei Federal nº 14.133/2021.

No mesmo sentido, eis o item **3.6.** do Edital:

3.6. Impugnações aos termos deste Edital poderão ser interpostas até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, mediante petição a ser enviada para o Portal de Compras Públicas a ser acessado no [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) ou enviadas no e-mail [januaria@licitacao.mg.gov.br](mailto:januaria@licitacao.mg.gov.br) ou ainda protocoladas na Sala de Licitações, cabendo ao (a) Pregoeiro (a) decidir sobre o requerimento no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

## **II. DOS FATOS E FUNDAMENTOS JURÍDICOS**

### **II.I. DO DIRECIONAMENTO DECORRENTE DA EXIGÊNCIA DO MECANISMO DE PREVENÇÃO DE MORTE SÚBITA (PMS) E EtCO<sub>2</sub>, SEM MOTIVAÇÃO TÉCNICA IDÔNEA DO ITEM 14**

Da análise do descritivo técnico constante do item 14 do Termo de Referência, verifica-se a exigência de funcionalidades extremamente específicas, notadamente o denominado mecanismo de “Prevenção de Morte Súbita (PMS)” e a inclusão de parâmetro EtCO<sub>2</sub>, sem que exista qualquer demonstração técnica, clínica ou operacional que justifique a imprescindibilidade dessas características para atendimento da necessidade pública pretendida.

A forma como o descritivo foi estruturado acaba aproximando-se de soluções tecnológicas específicas existentes no mercado, restringindo indevidamente o universo de fabricantes aptos ao fornecimento do equipamento e comprometendo diretamente a competitividade do certame. Trata-se de exigências construtivas e nomenclaturas comerciais altamente particularizadas, associadas a tecnologias específicas de determinados fabricantes, e não a critérios universais de desempenho clínico ou funcionalidade essencial.

O problema se agrava diante do fato de que o edital não apresenta:

- estudo técnico preliminar;
- justificativa clínica;
- parecer assistencial;
- demonstração de necessidade operacional;
- ou motivação administrativa idônea

capazes de demonstrar por qual razão tais funcionalidades seriam indispensáveis ao atendimento da Administração Pública.

A Lei nº 14.133/2021 estabelece que as especificações técnicas devem observar critérios de desempenho e resultado, sendo vedada a inclusão de exigências que restrinjam a competitividade sem motivação técnica suficiente. O art. 41 da referida norma admite a indicação indireta de marca ou solução tecnológica apenas em hipóteses excepcionais, devidamente justificadas, o que não se verifica no presente caso.

Na prática, a inclusão de funcionalidades específicas como “PMS” e EtCO<sub>2</sub>, desacompanhadas de justificativa técnica robusta, revela verdadeiro erro de planejamento da contratação pública, pois transforma o descritivo técnico em mecanismo indireto de direcionamento do objeto licitado. A Administração deixa de descrever a necessidade pública sob perspectiva funcional e passa a reproduzir características específicas de determinados produtos existentes no mercado.

Tal conduta viola frontalmente:

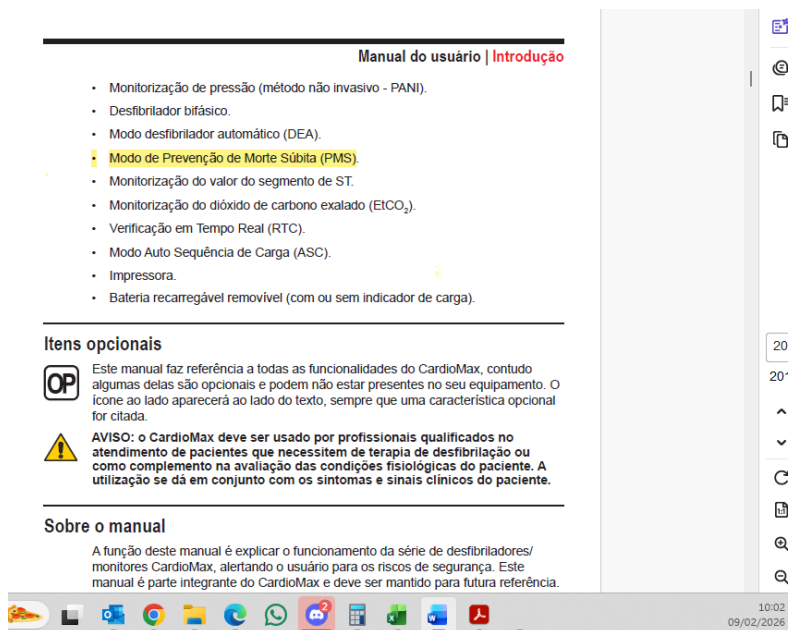
- os princípios da competitividade;
- da isonomia;

- da impessoalidade;
- da economicidade;
- do julgamento objetivo;
- e da seleção da proposta mais vantajosa,

previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e no art. 37 da Constituição Federal.

Em síntese, a exigência do mecanismo de PMS associada à EtCO<sub>2</sub> não decorre de necessidade pública demonstrada, mas sim da reprodução de características singulares de produto específico disponível no mercado, em descompasso com o regime jurídico da Lei Federal nº 14.133/2021, impondo-se, portanto, a imediata revisão do descritivo técnico para adequação aos parâmetros funcionais e de desempenho efetivamente necessários.

Abaixo na imagem extraída do Manual do Cardioversor, modelo CardioMax, consultado diretamente do site da fornecedora Instramed vemos a apresentação da PMS (<https://www.instramed.com/cardiomax/>):



**INSTRAMED. CardioMax: manual de instruções. Porto Alegre: Instramed,,p. 20.**

Ao restringir artificialmente o universo competitivo, a Administração compromete a própria eficiência da contratação, reduzindo a concorrência e aumentando potencialmente os custos da futura aquisição, em evidente prejuízo ao interesse público.

O Tribunal de Contas da União possui entendimento consolidado no sentido de que exigências técnicas específicas somente podem ser mantidas quando estritamente necessárias e devidamente justificadas, sendo ilegítimas cláusulas que reproduzam características próprias de fabricantes específicos sem motivação técnica adequada.

Dessa forma, a manutenção das exigências relativas ao mecanismo PMS e EtCO<sub>2</sub>, nos moldes atualmente previstos no edital, configura restrição indevida à competitividade e direcionamento do objeto licitado, impondo-se a revisão do descritivo técnico do item 14 para adequação aos princípios e normas que regem as licitações públicas.

## **II.2. DA EXIGÊNCIA DE AUTONOMIA MÍNIMA DE 300 CHOQUES, SEM MOTIVAÇÃO TÉCNICA IDÔNEA DO ITEM 21**

O **item 21** do edital estabelece exigência de autonomia mínima de 300 choques para o desfibrilador externo automático, sem apresentar qualquer justificativa técnica, operacional ou assistencial que demonstre a necessidade concreta desse parâmetro específico para atendimento da demanda da Administração Pública.

Embora a autonomia da bateria constitua característica relevante, a fixação de quantitativo elevado e específico como requisito eliminatório, desacompanhada de motivação técnica formal, acaba restringindo indevidamente a competitividade do certame e aproximando o descritivo técnico de soluções pertencentes a fabricantes específicos existentes no mercado.

Cumprando-se destacar que equipamentos DEA modernos atualmente disponíveis no mercado apresentam excelente desempenho clínico e operacional com autônominas inferiores, plenamente adequadas ao uso hospitalar, ambulatorial e pré-hospitalar ordinariamente realizado pelos serviços públicos de saúde. Assim, a imposição de autonomia mínima de 300 choques, sem demonstração concreta de necessidade administrativa excepcional, revela-se desproporcional e tecnicamente injustificada.

O edital não apresenta:

- estudo técnico preliminar;
- memória de cálculo operacional;
- estimativa de utilização;
- protocolo assistencial específico;
- ou qualquer documento técnico

que demonstre que autonomias inferiores comprometeriam o atendimento da necessidade pública.

Na prática, a exigência acaba funcionando como critério indireto de direcionamento do objeto, restringindo a participação de fabricantes e fornecedores que ofertam equipamentos plenamente aptos ao atendimento clínico pretendido, os quais atendem integralmente às normas técnicas e requisitos de segurança aplicáveis, mas que não contemplam exatamente o parâmetro específico arbitrariamente fixado pela Administração. Além disso, a fixação de autonomia mínima de 300 choques revela-se desproporcional e dissociada da realidade operacional dos serviços de urgência e emergência, uma vez que atingir tal quantitativo de choques em uma única situação clínica é evento extremamente improvável, praticamente inexistente na rotina assistencial ordinária. Assim, a exigência deixa de observar critérios de necessidade prática e passa a privilegiar característica técnica específica sem impacto efetivo e proporcional no atendimento da finalidade pública pretendida.

Tal situação evidencia falha de planejamento da contratação, pois o descritivo deixa de observar critérios funcionais de desempenho e passa a reproduzir características técnicas específicas encontradas apenas em determinados equipamentos disponíveis no mercado.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é firme ao vedar exigências desnecessárias ou desproporcionais capazes de restringir a competitividade sem motivação técnica adequada, especialmente quando tais especificações não impactam diretamente a funcionalidade essencial do objeto licitado.

A manutenção da exigência de autonomia mínima de 300 choques, sem justificativa técnica robusta, afronta:

- os princípios da razoabilidade;

- competitividade;
- economicidade;
- proporcionalidade;
- isonomia;
- e seleção da proposta mais vantajosa,

além de comprometer diretamente a ampla participação de fornecedores aptos à contratação.

Dessa forma, impõe-se a revisão do descritivo técnico do item 21, para que a Administração passe a adotar critérios compatíveis com a efetiva necessidade assistencial do órgão, admitindo soluções tecnológicas equivalentes e evitando restrições indevidas à competitividade do certame.

#### IV. DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, e com fundamento nos arts. 5º, 11, 18, 41, inciso I, alínea “c”, e 164 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como nos princípios constitucionais da eficiência, da segurança da contratação e da proteção a saúde, **requer a Impugnante:**

a) o conhecimento da presente impugnação, por ser tempestiva e regularmente apresentada, nos termos do art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021;

b) no mérito, o seu integral acolhimento, com o reconhecimento das irregularidades constantes no descritivo técnico dos itens 14 e 21 do Termo de Referência, diante da ausência de motivação técnica idônea para as exigências impugnadas;



c) a revisão do descritivo técnico do item 14, especialmente quanto às exigências relacionadas ao mecanismo denominado “Prevenção de Morte Súbita (PMS)” e ao parâmetro EtCO<sub>2</sub>, com a exclusão das especificações restritivas ou, subsidiariamente, a admissão de soluções tecnológicas equivalentes, similares ou superiores, desde que atendidas as finalidades clínicas e assistenciais do equipamento;

d) a apresentação, pela Administração, das devidas justificativas técnicas, clínicas, operacionais e assistenciais que fundamentem a indispensabilidade das exigências relativas ao PMS e EtCO<sub>2</sub>, mediante demonstração concreta da necessidade pública específica que motivou tais requisitos;

e) a revisão do descritivo técnico do item 21, especialmente quanto à exigência de autonomia mínima de 300 choques, diante da ausência de comprovação técnica de sua indispensabilidade e do potencial restritivo à competitividade do certame;

f) a apresentação, pela Administração, de estudo técnico preliminar, memória de cálculo operacional ou documento equivalente que demonstre a efetiva necessidade assistencial da exigência de autonomia mínima de 300 choques, considerando a realidade prática de utilização dos equipamentos DEA no contexto da contratação;

g) subsidiariamente, caso mantidas as exigências impugnadas dos itens 14 e 21, que sejam admitidos equipamentos equivalentes, similares ou de desempenho clínico compatível, em observância aos princípios da competitividade, razoabilidade, economicidade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa;

h) o reconhecimento de que as exigências atualmente previstas nos itens 14 e 21 configuram restrição indevida à competitividade e potencial

direcionamento do objeto licitado, em afronta aos arts. 5º, 11 e 41 da Lei nº 14.133/2021;

i) caso haja alteração do conteúdo técnico do edital em decorrência do acolhimento da presente impugnação, a republicação do instrumento convocatório com a reabertura integral dos prazos legais, garantindo ampla publicidade, transparência e igualdade de condições entre os licitantes;

j) considerando a proximidade da sessão pública, a suspensão cautelar do certame até a apreciação definitiva da presente impugnação, evitando-se a continuidade de procedimento potencialmente eivado de vícios;

k) por fim, que a presente impugnação seja apreciada mediante decisão expressa, motivada e fundamentada, com enfrentamento integral de todos os pontos suscitados, em observância aos princípios da motivação, legalidade e transparência administrativa.

Nestes termos,

Pede Deferimento.

Belo Horizonte/MG, 14 de maio de 2026.

**TERRITÓRIO HV VENDA E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS**

**HOSPITALARES E VETERINÁRIOS LTDA.**

**CNPJ: 41.230.162/0001-01**

**Paulo Augusto Ribeiro Almeida**

**CPF: 084.950.216-09**

Rua Santos, nº 674, Jardim América, Belo Horizonte/MG, CEP 30.421-386.

Tel.: (031) 97109-2965 - E-mail: [licitacoes@territoriohv.com.br](mailto:licitacoes@territoriohv.com.br)